

INTRODUÇÃO

Uma cidade não se pode equiparar nem à natureza nem a uma obra de arte. O que a natureza faz não é passível de ser discutido; pelo contrário, o sentido de uma obra de arte pode ser o ponto de partida para uma argumentação ou um debate. A cidade, porém, não comunga nem da actividade criadora da natureza nem da actividade criadora de um artista. “Será a cidade uma obra ou um produto?” – pergunta Lefebvre e dá como exemplo a cidade de Veneza. Por muito que se possa pressupor uma “linguagem comum” no tecido urbano, o facto é que não há nenhuma intencionalidade subjacente a uma cidade (por muito bela que seja).¹

A complexidade da ‘espacialidade’ urbana foi durante muito tempo, segundo Lefebvre, absorvida pela monumentalidade que não só proporcionava a cada membro a matriz da sua identidade, como materializava a vontade de superar a morte e o tempo.² A monumentalidade transcende a passagem do tempo e, sob determinado ponto de vista, é a expressão da vontade do poder, pois, como afirma Lefebvre, “o que é duradouro para além da vontade de durar?” A monumentalização, porém, e ao contrário

¹ H. LEFEBVRE, *The production of space*, Malden, MA, Blackwell Publishing, 1991 p. 73 ss.

² A relação entre beleza e perenidade é algo que o arquitecto e humanista Leon Battista ALBERTI enuncia quando afirma: “Além disso só esta beleza de que estamos a falar presta um grande contributo para a comodidade e também para a perenidade da obra. Quem dirá que não se sente mais cómodo quando se instala entre paredes adornadas do que sem ornamento? Ou, mais ainda, que coisa poderá tornar-se tão reforçada por algum artifício dos homens que esteja assaz protegido contra os estragos que eles provocam? Ora a beleza alcançará dos mais acirrados inimigos que dominem a sua fúria e a deixem ficar intacta; assim posso dizer: nenhuma obra estará tão segura e ílesa da injúria dos homens como pela dignidade e beleza da sua forma” (*Da arte edificatória*, tradução do latim de A. do Espírito Santo, introdução, notas e revisão disciplinar de M. J. T. Krüger, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011, liv. VI, cap. 2, p. 377).

da opinião do filósofo francês, não se pode reduzir a uma expressão de poder absoluto, como mera propaganda. Ela nasce da sociedade e com esta partilha a sua natureza racional e o seu destino histórico. De um certo ponto de vista a monumentalidade é tão civil quanto a lei: exprime uma ordem social que, quando desaparece, fica em perigo a própria existência material do monumento, sujeito então a forças destrutivas irracionais (irracionais também porque não lhe reconhecem a sua razão de ser).³

Várias disciplinas intersectaram essa complexidade do fenómeno urbano, sob diferentes perspectivas e capacidades: filósofos teorizaram sobre o governo e mesmo sobre questões de espacialidade urbana; geógrafos; poetas... Todavia, no campo da literatura da Antiguidade ao Renascimento, a linha de intersecção mais frequente com a temática da cidade encontra-se na forma literária conhecida como *laus urbis*.⁴

³ A este respeito é preciso contrastar o ponto de vista de LEFEBVRE com a observação, de ANSELMi (que toma como ponto de partida precisamente o pensamento daquele): “La monumentalizzazione della città non è infatti esigenza che nasca solo [...] dal mutuare istituzionale dei governi, dalla dimensione assolutistica e perciò ridondante e propagandistica della politica di molti di essi, perchè è insieme effetto di una più compiuta acquisizione del “civile”, della funzione positiva che l’ “edificare” assolve contro ogni tentazione irrazionale e distruttiva” (G. M. ANSELMi, “Città e civiltà in Flavio Biondo,” in IDEM, *Umanisti, storici e traduttori*, Bologna, Clueb, 1983, p. 29).

⁴ O ponto de partida para a investigação dessa forma foi o de E. R. CURTIUS, *European Literature and the Latin Middle Ages*, New Jersey, Princeton University Press, 1990 (ed. orig. 1948). Ver também C. J. CLASSEN, *Die Stadt im Spiegel der Descriptiones und Laudes urbium in der antiken und mittelalterlichen Literatur bis zum Ende des zwölften Jahrhunderts*, um ein Nachwort vermehrte zweite Auflage, Hildesheim [et al.], Georg Olms, 1986; H. KUGLER, *Die Vorstellung der Stadt in der deutschen Literatur des Mittelalters*, München-Zürich, Artemis, 1986. Sem esquecer, todavia, outras contribuições específicas como: J. K. HYDE, “Medieval Descriptions of Cities”, *Bulletin of the John Rylands Library*, 48 (1965/66), pp. 308-340; G. Fasoli, “La coscienza civica nelle *laudes civitatum*,” in CONVEGNI DEL CENTRO DI STUDI SULLA SPIRITUALITÀ MEDIEVALE XI. LA COSCIENZA CITTADINA NEI COMUNI ITALIANI DEL DUECENTO, *Atti*, Todi, Academia Tudertina, 1972, pp. 9-44; P. G. SCHMIDT, “Mittelalterliches und humanistisches Städtelob,” in A. BUCK (Hrsg.), *Die Rezeption der Antike: zum Problem der Kontinuität zwischen Mittelalter und Renaissance*, Hamburg 1981, pp. 119-128; N. de N. C. SOARES, “Cidades ideais e elogio de cidades no Renascimento e em Damião de Góis,” in CONGRESSO INTERNACIONAL DAMIÃO DE GÓIS NA EUROPA DO RENASCIMENTO, *Actas*, Braga, Publicações da Faculdade de Filosofia, Universidade Católica Portuguesa, 2003, pp. 583-608.

Elogios de cidades, a bem dizer, existem pelo menos desde o discurso de Péricles em Tucídides, ou desde Isócrates (*Panatenáico*, *Panegírico de Atenas*). Não obstante, o sistema de tópicos não se constitui antes do séc. I d. C.⁵ E a sua constituição é formalmente determinada por duas tradições literárias distintas: o *epitaphios logos* (oração fúnebre), por um lado, e a preceptística retórica sobre a descrição de lugares (entre os quais a cidade), por outro.

Pronunciado por ocasião do funeral dos caídos em combate, a oração fúnebre incluía entre os seus tópicos, além do tributo às virtudes do soldado, um momento de exaltação patriótica com a referência aos feitos passados da cidade de Atenas (com relevo para as Guerras Persas) e uma exortação aos presentes para imitarem a virtude dos falecidos.⁶ Esse discurso evoluiu e quando o encontramos na obra conhecida como *Panatenáico* do sofista Élio Aristides (séc. II d. C.), estamos já perante uma forma tardia e descontextualizada do seu ambiente original que era a vida da pólis. Os tópicos mantêm-se, mas o discurso alterou-se, em um quadro político em que as póleis gregas perderam a sua liberdade para o Império Romano. Ainda assim, Aristides exalta Atenas como a cidade a quem pertencia de direito a hegemonia cultural no mundo, o que era uma forma implícita de apoucar o papel de Roma.⁷

⁵ Segundo L. PERNOT (*La rhétorique de l'éloge dans le monde gréco-romain*, Paris, Institut d'Études Augustiniennes, 1993, p. 185, cf. ainda p. 216): "Rappelons que dans la *Rhétorique* d'Aristote, la *Rhétorique* à Alexandre, la *Rhétorique* à Herennius et les traités rhétoriques de Cicéron, la *polis* ne fait pas partie des objets de l'éloge." No entanto, a descrição de cidades como subespécie da descrição de um lugar (*ekphrasis topou*), mas limitada à topografia, essa será anterior, segundo o autor citado (*ibidem*, p. 184).

⁶ Cf. definição de MENANDRO Retor: "Entre os Atenienses chama-se *epitaphios* ao discurso pronunciado todos os anos em memória dos caídos em combate" (*legetai men par' Athenaios epitaphios ho kath' hekaston eniauton epi tois peptokosin en tois polemois legomenos logos*: 418, 6-8; texto da edição *Menander Rhetor*, edited with translation and commentary by D. A. Russell, N. G. Wilson, Oxford, Clarendon Press, 1981).

⁷ Sobre o discurso de Aristides ver a edição de J. H. Oliver, "The Civilizing Power: A Study of the Panathenaic Discourse of Aelius Aristides against the Background of Literature and Cultural Conflict, with Text, Translation, and Commentary," *Transactions of the American Philosophical Society*, n. s., 58, n. 1 (1968), 1-223. Sobre a evolução da oração fúnebre ver N. LORAUX, *Invenção de Atenas*, Rio de Janeiro, editora 34, 1994, pp. 263-71. Conforme se verá, o discurso de Aristides é o modelo da oração em louvor de Florença de Leonardo Bruni.

Na vertente da preceptística retórica o elogio de cidades foi objecto de uma cuidada codificação. Segundo o esquema de Quintiliano, o elogio de uma cidade é uma transposição do elogio de uma pessoa, que pode ser louvada pela sua ascendência – e cuja equivalência para a cidade será o fundador – ou pelas suas virtudes e acções, tal como para a cidade se pode percorrer a sua história:

Elogios de cidades seguem o modelo dos elogios de pessoas. Pois em vez do pai há o fundador, a antiguidade confere autoridade (como é o caso daqueles que se dizem nascidos da terra), virtudes e vícios nos feitos são iguais a indivíduos: próprias das cidades são as características derivadas da localização e da fortificação.

*Laudantur autem urbes similiter atque homines. Nam pro parente est conditor, et multum auctoritatis adfert uetustas, ut iis, qui terra dicuntur orti, et uirtutes ac uitia circa res gestas eadem quae in singulis: illa propria quae ex loci positione ac munitione sunt.*⁸

Com excepção da referência ao sítio, o mesmo diz Hermógenes.⁹ Em contrapartida, em Menandro já existe um esquema completo: *topoi* humanos (origem/*genos*, feitos/*praxeis*, instituições/*epitedeuseis*), por um lado, e características geográficas (*thesis* e *physis*) por outro – onde se vê mais claramente que, se existe semelhança entre o louvor de uma pessoa e o de uma cidade, a verdade é que também há elementos que são específicos da cidade como as características topográficas ou geográficas.¹⁰

⁸ QUINTILIANO, *Inst.* III, 7, 26 (texto da edição: *Institution oratoire*, texte établi et traduit par J. Cousin, Paris, Les Belles Lettres, 1975-1980).

⁹ HERMÓGENES, *Progymnasmata*, VII, 80-85. Note-se que o paralelismo formulado pela teoria retórica já se encontrava sob forma embrionária na oração fúnebre (*epitaphios logos*), que apontava igualmente no sentido de uma personificação da cidade.

¹⁰ Cf. MENANDRO, 346, 27 ss. De acordo com PERNOT (*La rhétorique...*, p. 671 ss) há em MENANDRO uma distinção clara entre *laus* (*egkomion*) e *descriptio* (*ekphrasis*). No entanto, seguimos a opinião segundo a qual a diferença entre *laus* e *descriptio* é apenas a de uma gradação na qual *laus* estará mais perto de uma idealização e *descriptio* mais próxima da realidade (KUGLER, *Die Vorstellung...*, p. 33). De resto, é possível encontrar noutros teóricos da retórica, como em PRISCIANO (*Praexercitamina*, apud C. F. HALM, *Rhetores Latini minores*, ex codicibus maximam partem primum adhibitis emendabat Carolus Halm, Lipsiae, in aedibus G. B. Teubneri, 1863, p. 558, ll. 38 ss) a teoria de que se a *descriptio* for de eventos pertence à narração, mas se for de pessoas ou coisas pertence ao género epidíctico.

Sem demorarmos na história desta forma literária, importa reter esta transferência de técnicas retóricas de um objecto, os indivíduos, para outro, as cidades. Na verdade, a transferência funciona em diferentes planos disciplinares como exemplarmente se pode ver no autor que elabora o tratado de arquitectura que pensa a cidade nas suas várias dimensões e que se constitui em ponto de convergência de toda a tradição clássica (e medieval): o tratado *Da Arte Edificatória* de Leon Battista Alberti. Para compreender as várias dimensões da arquitectura, e, correlativamente, da cidade, Alberti colhe elementos nas mais variadas áreas: oratória; historiografia; poesia; filosofia; estratégia militar; medicina...

No caso de Enea Silvio Piccolomini e das suas descrições de cidades que vão ser analisadas neste livro, o discurso sobre a cidade constitui-se menos entre áreas disciplinares do que entre áreas culturais distintas.

Na verdade, o humanista italiano que viajou por grande parte da Europa (Itália, França, Ilhas Britânicas, Sacro Império) escreveu sobre cidades de diferentes latitudes culturais, a partir de modelos diversos e com objectivos diversos: Génova, Basileia, Passau, Viena, Tabor. Estas descrições não são apenas o documento de uma itinerância, mas o de uma tentativa de ‘tradução.’

A esse respeito, convém notar que a posição de Enea Silvio Piccolomini no universo cultural europeu se assemelha à de Erasmo. Tal como este último é disputado pela bibliografia nacional de vários países, também Piccolomini é um autor cuja bibliografia se reparte, já desde há um século e meio, entre a Alemanha e a Itália (principalmente), mas também é largamente estudado (por razões que se tornarão óbvias ao longo deste livro) na Suíça e na Áustria. Não é de admirar, por conseguinte, que o primeiro grande estudioso de Piccolomini tenha sido um alemão, Georg Voigt – que, além de seu biógrafo, é também autor de uma das grandes histórias do Renascimento, anterior à de Jacob Burckhardt (também este um admirador do humanista italiano).¹¹ E é compreensível que assim tenha sido visto que a obra de Piccolomini, tomada na totalidade, cobre com mais ou menos pormenor quase todo o Império. O facto de ao longo da sua vida ter percorrido grande parte da Europa central em missões diversas confirma que se trata de uma figura de fronteira.

¹¹ G. VOIGT, *Enea Silvio de' Piccolomini, als Papst Pius der Zweite, und sein Zeitalter*, Berlin, Georg Reimer, 1856, (3 vols.).

Que essa errância pela Europa teve repercussões na sua obra, nomeadamente com a importância da componente geográfica e, sobretudo, na sua compreensão do devir histórico na sua relação com o espaço, confirma-o abundantemente a bibliografia sobre o autor.¹² Esta última questão, a importância da ligação entre a actividade humana e o espaço em Piccolomini, é exemplarmente resumida por Corrado Vivanti:

“È senza dubbio una nuova visione del passato quella che avverte l'esigenza di acquisire la conoscenza del territorio, collegando lo spazio geografico alle azioni degli uomini. [...] Per intanto la dimensione spaziale non è solo la scena su cui si svolgono le varie vicende, ma è un elemento a sua volta investito dall'operare umano.”¹³

Não obstante essa dimensão importante da sua obra, é em torno do que se pode designar como ‘a questão biográfica’ que gira muita da bibliografia sobre o autor ao longo do séc. XX.

Na verdade, abundam as biografias (e os pontos de vista em conflito) sobre Piccolomini/Pio II.¹⁴ E em quase todas elas, e exemplarmente pre-

¹² Já Alexander von HUMBOLDT (*Cosmos: essai d'une description physique du monde*, 4eme éd., Paris, Guérin, 1866-67, t. 2, p. 307, e ainda em *Examen critique de la géographie et des progrès de l'astronomie nautique aux quinzième et seizième siècles*, Paris, Gide, 1836-1837, t. 2 p. 349) demonstrara a importância de Piccolomini, no que concerne ao conhecimento do mundo, ao referir que uma das suas obras serviu de guia a Colombo nas suas explorações. Quanto a bibliografia mais recente a respeito do espaço e da geografia na obra de Piccolomini, ver R. MONTECALVO, “The new landgeschichte: Aeneas Sylvius Piccolomini on Austria and Bohemia”, in A. VANDERJAGT; Z. von MARTELS (eds.), *Pius II. “el più expeditivo Pontifice:” selected studies on Aeneas Silvius Piccolomini, 1405-1464*, Leiden, Brill, 2003, pp. 55-86; I. NUOVO, *Esperienze di viaggio e memoria geografica tra Quattro e Cinquecento*, Bari, Laterza, 2003, esp. pp. X-XI e 85-106. Cf. ainda o trabalho académico (que não foi possível consultar) de J. HEIDLMAYER, *Reise- und Landschaftsbeschreibungen in den ‘Commentarii’ des Enea Silvio Piccolomini (Pius II.)*, Hochschulschrift Salzburg, Univ., Diplomarbeit [am Fachbereich Altertumswissenschaften. Bereich Klassische Philologie und Wirkungsgeschichte der Antik], 1992.

¹³ C. VIVANTI, “I «Commentarii» di Pio II,” *Studi Storici*, 26, 2 (1985), p. 446.

¹⁴ Para uma apresentação global da obra de Piccolomini ver sobretudo F. J. WORSTBROCK, “Piccolomini, Aeneas Silvius,” in *Die Deutsche Literatur des Mittelalters: Verfasserlexikon*, Berlin, Walter de Gruyter, 1978-, vol. 7 (1989), cols. 634-669; e também E. GARIN, “La letteratura degli umanisti,” in E. CECCHI; N. SAPEGNO (eds.), *Storia della Letteratura Italiana*, Milano, Garzanti, 1988, vol. 2, pp. 179-200. As biografias de Piccolomini são inúmeras. Além da já citada obra

sente em Voigt, se emite um juízo moralista sobre o autor que, nos anos em que toma parte no Concílio de Basileia, começou por aderir ao partido conciliarista (na polémica acerca da superioridade do Concílio sobre o Papa que preenche a primeira metade do séc. XV), e que se tornou até secretário de um anti-Papa, Félix V; que deixou este último para entrar ao serviço de Frederico III; que se reconciliou com o Papa Eugénio IV (que atacara durante o Concílio de Basileia); e que se torna bispo e, em 1458, Papa Pio II, depois de uma rápida passagem pelos primeiros graus do estado clerical¹⁵ – uma versatilidade que fazia de Piccolomini, segundo a imagem sugestiva de Denys Hay, “one of those personalities who readily assume the colour and the convictions of a given time and place.”¹⁶

Normalmente o juízo dos biógrafos não visava apenas essa viragem doutrinal que o levava do conciliarismo à defesa acérrima do papado: envolvia também a sua conversão moral. O Piccolomini libertino que cortejava na sua juventude uma mulher casada; que narrava o amor adúltero de Lucrécia e Euríalo em uma novela; que tivera filhos de mais de uma mulher, e que acabara a sua vida no estado clerical (e na cadeira papal), tinha um currículo suspeito, quando não escandaloso.¹⁷

Houve, de facto uma valoração ambivalente da obra e da figura de Piccolomini a começar, nomeadamente, pelas duas figuras decisivas da

de Voigt, devem salientar-se a de G. PAPARELLI, *Enea Silvio Piccolomini: Pio II*, Bari, Laterza, 1950; e ainda uma breve biografia acompanhada de uma antologia da sua obra: B. WIDMER, *Enea Silvio Piccolomini, Papst Pius II. Ausgewählte Texte aus seinen Schriften, herausgegeben, übersetzt und biographisch eingeleitet*, Basel, Benno Schwabe und Co, 1960; e, por último, a indispensável obra de L. PASTOR, *Storia dei papi nel periodo del Rinascimento dall'elezione di Pio 2. alla morte di Sisto 4.*, Roma, Desclée & C.i Editori Pontifici, 1925.

¹⁵ E, acrescente-se, que durante o seu pontificado publicou logo no primeiro ano a bula *Execrabilis* contra o apelo para um concílio.

¹⁶ Apud E. S. PICCOLOMINI, *De Gestis Concilii Basiliensis commentariorum, libri II*, edited and translated by Denys Hay and W. K. Smith, Oxford, Clarendon press, 1967, p. xxvii.

¹⁷ Cf. introdução de M. F. DA COSTA a E. S. PICCOLOMINI, *História de dois amantes*, apresent. de J. V. de Pina Martins, introd. e notas de M. F. da Costa, trad. de A. Espírito Santo, Castelo Branco, SEMEDO, 2004. Disponível no URL <<http://purl.pt/740>> consultado em 12-01-2018. A multiplicação e o conflito de pontos de vista das biografias replica, aliás, uma característica do próprio autor, pois a questão autobiográfica é fundamental em toda a obra de Piccolomini, inclusive como Papa Pio II.

história do Renascimento, Georg Voigt e Jacob Burckhardt. O historiador de Basileia, que publicou a sua *Kultur* pouco depois da biografia daquele, escrevia manietado pelo paradoxo de querer valorizar a personalidade de Piccolomini sem se deixar influenciar pelo severo juízo moral emitido por Voigt (a maior autoridade, por essa época, em matéria de biografia piccolominiana e de Renascimento italiano).¹⁸

O presente trabalho não se abstrai da dimensão (auto)biográfica, mas concentra-se nas descrições de várias cidades europeias presentes na correspondência do autor. Serão analisadas descrições de Génova (1432); as duas de Basileia (1433 e 1438); uma de Passau e do castelo de Ebelsberg, uma de Viena (com data de redacção antes de 1455), e, por fim, uma da cidade de Tabor (actualmente sita na República Checa). Todas são descrições apresentadas em cartas com a excepção da de Viena que de há muito deixou de ser considerada parte de uma carta. Grande parte da obra de Piccolomini fica de fora desta selecção não obstante a sua enorme pertinência para o tema da cidade: pense-se, por exemplo, na narrativa da viagem de Frederico III a Itália com passagens por Florença, Siena e Roma ou no itinerário de Roma a Mântua, narrado na sua autobiografia escrita durante o papado.

As descrições das cartas, todavia, são um texto significativo do interesse por cidades, e, principalmente, cidades europeias. Resta saber, e esta será a primeira linha de investigação deste trabalho, se essa travessia de culturas e essa aprendizagem do espaço se reflectiu no seu próprio discurso, em particular, nas suas descrições de cidades. Trata-se ainda de determinar, com este conjunto de textos, a traduzibilidade de uma experiência urbana, no discurso do autor e de identificar quais as linhas literárias, ideológicas que definem esse discurso.

¹⁸ Todo este aspecto é analisado com perspicácia por B. WIDMER, que, a respeito do passo de BURCKHARDT, em que o historiador admite que se poderia dar o devido valor a Piccolomini (cf. *Die Kultur...*, 1908, vol. 2, p. 21), comenta que o peso dos juízos moralizantes a respeito de Piccolomini era tal que até se impunha a Burckhardt; o que se compreende, continuava WIDMER, dado que se, perante os quadros de Rafael, se poderia esquecer o homem, no caso de Piccolomini isso não era possível em razão da importância da dimensão autobiográfica na sua obra (cf. *Enea Silvio Piccolomini in der sittlichen und politischen Entscheidung*, Basel [et al.], Helbing & Lichtenhahn, 1963, pp. 1-2).